



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 09 a 13 de abril de 2018.

## 1. PODER LEGISLATIVO -



### 1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

#### Projeto permite contar tempo de serviço na polícia como atividade jurídica

Policiais federais, civis e militares poderão usar o tempo de serviço na corporação para comprovar os três anos de atividade jurídica exigidos para o ingresso em carreiras da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública. É o que pretende o deputado Cabo Sabino (PR-CE) com o Projeto de Lei 8847/17. Sabino argumenta que o conceito de atividade jurídica deve ser uniforme para todas as carreiras jurídicas do Estado brasileiro e deve estar previsto em lei aprovada pelo Congresso Nacional. Atualmente, esse conceito é definido por resoluções do Conselho Nacional de Justiça (75/09), do Conselho Nacional do Ministério Público (40/09) e do Conselho Superior da Defensoria Pública da União (118/15).

### 1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

#### Comissões externas da Câmara encontram-se com interventor do Rio nesta tarde

As comissões externas que acompanham a intervenção federal no Rio de Janeiro e o assassinato da vereadora Marielle Franco reúnem-se nesta tarde com o interventor, general Braga Netto, e com o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Richard Nunes. O encontro será realizado no Ministério da Defesa, a partir das 16h30.

#### Plenário discute criação de Sistema Único de Segurança Pública; oposição faz obstrução política

Devido à realização de nova sessão, o Plenário começou a discussão do Projeto de Lei 3734/12, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social para facilitar a atuação conjunta e coordenada das ações em nível nacional.

Embora haja requerimento de retirada de pauta da matéria, ele somente pode ser apreciado quando atingido o quórum de deliberação (257 presentes).

A oposição faz obstrução política contra a prisão do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

### 1.3 POLÍTICA

#### Rodrigo Maia avalia que CCJ poderá em um mês analisar proposta que permite prisão após condenação em segunda instância

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou nesta segunda-feira (9) que a proposta que torna clara no texto constitucional a prisão após condenação em segunda instância poderá ter sua admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) em, aproximadamente, um mês.



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 410/18, apresentada à Câmara no mês passado pelo deputado Alex Manente (PPS-SP), trata do tema, que ganhou destaque na semana passada após o Supremo Tribunal Federal negar habeas corpus preventivo ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O petista está preso por ter sido condenado no caso do tríplex do Guarujá (SP).

### **Conselho de Ética analisa pareceres sobre perda de mandato de quatro deputados**

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados realiza reunião nesta tarde para discutir e votar pedidos de perda de mandato de quatro deputados: Celso Jacob (PMDB-RJ), Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), Paulo Maluf (PP-SP) e João Rodrigues (PSD-SC).

O parecer preliminar referente ao processo pela perda do mandato do deputado Celso Jacob é de autoria do deputado Sandro Alex (PSD-PR). Jacob foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a sete anos e dois meses em regime semiaberto por crimes de falsificação de documento público e dispensa irregular de licitação quando era prefeito de Três Rios (RJ). Ele cumpre pena no presídio da Papuda, no Distrito Federal, desde junho de 2017. A representação contra Jacob foi feita pela Rede Sustentabilidade.

### **Plenário inicia Ordem do Dia para discutir regras para segurança pública**

Teve início a Ordem do Dia do Plenário. O primeiro item da pauta é o Projeto de Lei 3734/12, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social para facilitar a atuação conjunta e coordenada das ações em nível nacional. Neste momento, os deputados debatem requerimentos da oposição, que faz obstrução política.

### **Relator do Sistema Único de Segurança Pública acata seis emendas de Plenário**

O deputado Alberto Fraga (DEM-DF), relator do Projeto de Lei 3734/12, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), apresentou parecer favorável a seis emendas de Plenário. Ele incluiu em seu substitutivo, como integrantes do Susp, os agentes de trânsito e os guardas portuários, além de especificar que os mecanismos usados por órgãos de combate à lavagem de dinheiro fazem parte dos instrumentos a serem usados pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

### **Câmara retoma discussão sobre Sistema Único de Segurança Pública**

Partidos contrários ao governo Temer obstruíram a sessão de ontem e impediram a votação da proposta. A votação do Projeto de Lei 3734/12, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), está novamente na pauta da sessão do Plenário desta quarta-feira. Ontem, depois de mais de três horas de obstrução de partidos contrários ao governo Temer, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, adiou a votação para hoje. Os partidos oposicionistas protestavam contra a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do tríplex do Guarujá, o ex-presidente cumpre pena em Curitiba. Apesar da obstrução, o Plenário conseguiu encerrar a discussão sobre a matéria. O relator, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), apresentou parecer favorável a seis emendas de Plenário. Ele incluiu como integrantes do Susp os agentes de trânsito e os guardas portuários e especificou que os mecanismos usados por órgãos de combate à lavagem de dinheiro vão fazer parte dos instrumentos a serem usados pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, criada pelo projeto.

### **Deputados rejeitam requerimento e mantêm Sistema Único de Segurança Pública na pauta do Plenário**

O Plenário rejeitou, por 256 votos a 3, o requerimento, da oposição, de retirada de pauta do projeto de lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social para facilitar a atuação conjunta e coordenada das ações em nível nacional (PL 3734/12, do Poder Executivo). Segundo o substitutivo do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), essa atuação conjunta ocorrerá por meio de operações com planejamento e execução integrados;



estratégias comuns para prevenir crimes; aceitação mútua dos registros de ocorrências; compartilhamento de informações, inclusive com o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin); e intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos.

### **Plenário rejeita retirada da secretaria nacional de política sobre drogas do Sistema Único de Segurança Pública**

O Plenário rejeitou, por 263 votos a 8, destaque do Psol ao projeto de lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PL 3734/12, do Poder Executivo). O partido pretendia retirar a secretaria nacional de política sobre drogas dentre os órgãos integrantes operacionais do Susp. Os deputados já aprovaram o substitutivo do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) para a matéria e agora analisam os destaques apresentados pelos partidos.

### **Câmara aprova criação do Sistema Único de Segurança Pública**

Texto aprovado busca facilitar a atuação conjunta e coordenada das ações de segurança pública e de defesa social em nível nacional. Proposta segue para análise do Senado

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (11), o projeto de lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PL 3734/12, do Executivo) para facilitar a atuação conjunta e coordenada das ações em nível nacional. A matéria será enviada ao Senado.

## **1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS**

### **Projeto exclui 'violenta emoção' como atenuante para crime de homicídio**

Cometer assassinato sob domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima, poderá deixar de ser uma atenuante ao crime de homicídio. Tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei (PL 9103/17) do deputado Capitão Augusto (PR-SP) que exclui essa possibilidade do Código Penal (Decreto-lei 2.848/40).

Atualmente, o código permite que o juiz reduza a pena de um sexto a um terço se a pessoa comete o crime "impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima".

### **Comissão vai analisar PEC que amplia lista de quem pode questionar constitucionalidade no Supremo**

A Câmara dos Deputados instala nesta tarde uma comissão especial para analisar a proposta de emenda à Constituição que inclui as entidades de representação de municípios, de âmbito nacional, no rol de legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). A admissibilidade da PEC 253/16, do Senado, foi aprovada pela CCJ no ano passado.

### **Presidente da CCJ escolhe relator da PEC sobre prisão após condenação em segunda instância**

O deputado Rubens Bueno pretende sugerir audiências para debater o tema antes da votação. Para o PT, a proposta é inconstitucional. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), indicou nesta terça-feira (10) o deputado Rubens Bueno (PPS-PR) para relatar a proposta de emenda à Constituição que torna clara a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância (PEC 410/18). Na segunda-feira, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que o texto poderia ser aprovado pela CCJ no prazo de um mês, de onde seguiria para uma comissão especial.



## **Comissão aprova projeto que proíbe obtenção de vantagem financeira com delação premiada**

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o Projeto de Lei 7688/17, do deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), que proíbe a obtenção de benefícios financeiros, comerciais, acionários, imobiliários, industriais, cambiais ou de qualquer natureza em consequência de acordos de colaboração premiada com a Justiça. O relator da proposta, deputado Rocha (PSDB-AC), lembra que recentes operações contra o crime organizado revelaram situações em que “os colaboradores terminaram, de fato, sendo premiados bem além do que seria razoável, além de terem manejado informações prestadas de modo a colherem benefícios financeiros nos mercados de investimentos”. Por isso, ele defendeu a aprovação do projeto.

### **1.5 RELAÇÕES EXTERIORES**

#### **Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reúne-se na Câmara**

A Câmara dos Deputados sedia hoje e amanhã reunião da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP). Participarão do encontro deputados e deputadas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique Portugal e São Tomé e Príncipe. Entre os assuntos a serem discutidos estão a alteração do estatuto da AP-CPLP para instalação do Secretariado Permanente e a minuta de declaração da Assembleia Parlamentar sobre o Combate à Violência contra a Mulher. Também deve ser debatida a proposta da Assembleia Nacional de Angola para que a sede do órgão seja em Luanda.

#### **Parlamentares dos países de língua portuguesa aprovam declaração sobre violência contra a mulher**

O combate à violência contra a mulher foi um dos pontos abordados na manhã desta terça-feira (10) na reunião da Comissão 1, que trata de estratégias e planejamentos, da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), na Câmara dos Deputados. Deputados e deputadas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe aprovaram uma minuta de declaração sobre o assunto que será levada à plenária da AP-CPLP, prevista para ocorrer em Cabo Verde em junho. O documento reúne estratégias previamente discutidas em 2017 e que tratam da violência contra a mulher em si, de igualdade de gênero e de uma maior participação feminina na política e nos meios de comunicação.

#### **Comissão mista aprova MP que doa R\$ 792 mil para igreja na Palestina**

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 819/18 aprovou nesta quarta-feira (11) o relatório do senador Humberto Costa (PT-PE) favorável ao texto. A MP autoriza a União a doar cerca de R\$ 792 mil (US\$ 252,3 mil pelo câmbio de 25 de janeiro, data de edição da MP) para a restauração da Basílica da Natividade, na cidade de Belém, no Estado da Palestina. De acordo com o governo, a restauração é um projeto organizado pelo governo palestino e pelas três igrejas que administram a basílica (católica, ortodoxa grega e armênia), com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Unesco, e de um grupo de países doadores, que incluem Grécia, Rússia, Alemanha, Espanha, Vaticano e Brasil. Os recursos sairão do orçamento do Ministério das Relações Exteriores.

### **1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Agenda da semana**

**SEGUNDA-FEIRA (16)**



**8h30**

95) Seminário para debater possíveis retrocessos na Lei de Licitações.  
Teatro do Sinduscon - Porto Alegre (RS)

**9 horas**

**Comissão Externa sobre a Transposição do Rio São Francisco**

Seminário Transposição e Revitalização do Rio São Francisco no Estado do Ceará.  
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Fortaleza (CE)

**10 horas**

**Sessão Solene**

Homenagem aos Vinte Anos de Criação da Carreira de Analista de Comércio Exterior do Governo Federal.

Plenário Ulysses Guimarães

**14 horas**

**Plenário**

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

**TERÇA-FEIRA (17)**

**10 horas**

**Comissão de Educação**

Audiência pública para debater a atual situação da educação básica no Brasil e suas perspectivas para os próximos anos.

Foram convidados, entre outros, os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Heleno Manoel Gomes Araújo Filho; e da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Ademar Batista; e o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Tojeira Cara.

Plenário 10

**14 horas**

**Comissão Mista sobre a MP 820/18**

Medida provisória que trata do acolhimento de estrangeiros que se refugiam no Brasil para escapar de crises humanitárias.

Audiência pública para debater o tema.

Foram convidados representantes dos ministérios da Saúde, da Defesa, da Justiça e dos Direitos Humanos.

Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado

**14 horas**

**Comissão Especial sobre Código de Processo Penal (PL 8045/10)**

Eleição do presidente e apresentação de minuta do substitutivo do relator-geral, deputado João Campos (PRB-GO).

Plenário 3

**14h30**

**Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

Eleição do 2º e 3º vice-presidentes; apreciação de redações finais.

Plenário 1

**14h30**

**Comissão do Esporte**

Audiência pública para debater a disciplina Educação Física na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a importância da sua obrigatoriedade em todo o ensino básico.

Foram convidados, entre outros, o presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª



Região, Patrick Aguiar; o especialista em educação física escolar Roberto Corrêa; e o secretário-executivo da Frente Parlamentar da Atividade Física para Desenvolvimento Humano, Lúcio Rogério.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 4

**14h30**

**Comissão Especial sobre a Privatização da Eletrobras (PL 9463/18)**

Audiência pública para discutir a atual situação econômico-financeira da Eletrobras e o teor do PL 9463/18.

Foi convidado o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr.

Plenário a definir

**14h30**

**Comissão Especial sobre Licitações (PL 1292/95)**

Audiência pública para debater o PL 1292/95 (e apensados) e votação de requerimentos.

Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape), Telmo Lemos Filho; o idealizador da Lei 8.666/93, Luis Roberto Ponte; e a superintendente de parcerias e concessões do Estado do Piauí (Suparc-PI), Viviane Moura Bezerra.

Plenário 14

**14h30**

**Comissão Especial sobre Seguros Privados (PL 3139/15)**

Apresentação do parecer do relator, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP).

Plenário 5

**15 horas**

**15) Discussão** e votação do parecer da deputada Rosangela de Souza Gomes (PRB-RJ).

Plenário a definir

**15 horas**

**Comissão Especial sobre o Marco Regulatório da Economia Colaborativa**

Eleição dos vice-presidentes e deliberação de requerimentos.

Plenário a definir

**16 horas**

**Votações em Plenário**

Entre outros itens, está na pauta o Projeto de Lei 1202/07, que regulamenta o lobby no Parlamento e no Executivo federal

Plenário Ulysses Guimarães

**16h30**

**Comissão de Seguridade Social e Família**

Reunião ordinária para debater o Projeto de Lei 2778/15, que regulamenta a profissão de osteopata e determina outras providências.

Foram convidados, os presidentes do Registro Brasileiro dos Osteopatas (RBrO), Rosangela Petroni Dardis Bueno Resende; e do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), Roberto Mattar Cepeda; e os diretores da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (Sbot), Fernando Façanha; e da Associação dos Osteopatas do Brasil (AOB), Felipe Vieira Pellenz.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 7

**17 horas**

**Frente Parlamentar Mista da Indústria de Máquinas e Equipamentos (FPMaq)** Cerimônia de



posse da nova diretoria da FPMaq.  
Salão Nobre

## **QUARTA-FEIRA (18)**

**8 horas**

### **Frente Parlamentar da Mídia Regional**

Café da manhã para lançamento do GSul, grupo de associações e sindicatos ligados à radiodifusão nos estados da Região Sul.  
Restaurante Senac (10º andar do anexo 4)

**9 horas**

### **Câmara dos Deputados**

Seminário Internacional Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Parcerias, Iniciativas e Perspectivas.  
Evento interativo pelo **e-Democracia**  
A programação continua à tarde.  
Auditório Nereu Ramos

**9h05**

### **Comissão Geral**

Debate sobre as razões dos níveis ainda muito elevados das taxas de juros cobradas das famílias e das empresas.  
Plenário Ulysses Guimarães

**9h30**

### **Comissão de Defesa do Consumidor**

Eleição dos vices-presidentes e votação de requerimentos e projetos.  
Plenário 8

**9h30**

### **Comissão de Minas e Energia**

Votação de projetos e requerimentos.  
Plenário 14

**9h30**

### **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços**

Votação de projetos e requerimentos.  
Plenário 5

**10 horas**

### **Comissão de Finanças e Tributação**

Lançamento da Cartilha da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Plenário 4

**10 horas**

### **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**

Eleição para o cargo de 1º vice-presidente.  
Plenário 3

**10 horas**

### **Comissão de Educação**

Reunião com os coordenadores de bancada.  
Sala da presidência da comissão.

**10 horas**

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle**

Votação de projetos e requerimentos.  
Plenário 9



**10 horas**

**Comissão de Educação**

Eleição do 3º vice-presidente; e votação de projetos e requerimentos.

Plenário 10

**10 horas**

**Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

**10 horas**

**Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática**

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 13

**10 horas**

**Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

**10 horas**

**Comissão de Desenvolvimento Urbano**

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 16

**10 horas**

**Comissão de Viação e Transportes**

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 11

**10 horas**

**Comissão de Finanças e Tributação**

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 4

**10h30**

**Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas**

Instalação da comissão e eleição do presidente, do vice-presidente e do relator.

Plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado

**13 horas**

**Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**

Eleição do presidente e do vice-presidente.

Plenário 16

**13h30**

**Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados**

Seminário Internacional Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Parcerias, Iniciativas e Perspectivas.

Auditório Nereu Ramos

**14 horas**

**Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**

Acordo de procedimentos; e votação de projetos e requerimentos.

Plenário 16

**14 horas**

**Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Eleição do 2º vice-presidente; votação do acordo de procedimento para 2018; e votação de



projetos e requerimentos.  
Plenário 13

**14 horas**

**Comissão de Direitos e Humanos e Minorias**

Acordo de procedimentos; e votação de projetos e requerimentos.  
Plenário 9

**14 horas**

**Comissão do Esporte**

Acordo de procedimentos; e votação de projetos e requerimentos.  
Plenário 4

**14 horas**

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**

Eleição dos vice-presidentes.  
Plenário 6

**14 horas**

12) Votação de requerimentos.  
Plenário a definir

**14 horas**

**Comissão Externa sobre o Endividamento do Setor Agrícola**

Votação de requerimentos.  
Plenário a definir

**14h30**

**Comissão de Legislação Participativa**

Acordo de procedimentos; e votação de projetos e requerimentos.  
Plenário 3

**14h30**

**Comissão de Cultura**

Acordo de procedimentos; e votação de projetos e requerimentos.  
Plenário 10

**14h30**

**Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

Sorteio de novo nome, em substituição ao deputado Benjamin Maranhão (PMDB-PB), para compor a lista tríplice para a escolha do relator do processo 24/18, contra o deputado Alberto Fraga (DEM-DF); apresentações, discussões e votação do pareceres preliminares referentes aos processos 21/18, contra a deputada Erika Kokay (PT-DF); 22/18, contra o deputado Ivan Valente (Psol-SP); e 23/18, contra o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ).  
Plenário a definir

**14h30**

**Comissão Especial sobre a Privatização da Eletrobras (PL 9463/18)**

Audiência pública sobre a legalidade da privatização da Eletrobras.  
Foram convidados, entre outros, a representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários Fabíola Antezana; o economista do Dieese Gustavo Teixeira; e o professor Doutor em Direito Público da UFPA Luiz Alberto Rocha.  
Plenário 10

**14h30**

95) Audiência pública para debater o tema.  
Foram convidados, entre outros, o especialista em Direito do Estado e Docente na USP Floriano



de Azevedo Marques; o presidente da Comissão de Advogados Publicistas (OAB-MS), Jean Phippe Vargas; e o professor de Direito Administrativo Daniel Ferreira.

Plenário 14

**14h30**

11) Discussão e votação do parecer do relator-geral, deputado Paes Landim (PTB-PI).

Plenário a definir

**14h30**

16) Apresentação do plano de trabalho, pelo relator deputado Danilo Forte (PSDB-CE); e eleição dos vice-presidentes da comissão.

Plenário a definir

**14h30**

**05) Votação** de requerimentos.

Plenário a definir

**14h30**

**Comissão Externa sobre a Fiscalização da Concessionária ECO 101 - BR 101/ES**

Reunião interna de trabalho.

Sala 175B do Anexo 2

**15 horas**

**Comissão do Esporte**

Audiência pública para apresentação, pelo Ministro do Esporte, da proposta e do plano de trabalho para o ano de 2018.

Foi convidado o ministro do Esporte, Leandro Cruz Fróes da Silva.

Plenário 4

**15 horas**

**Comissão Mista sobre a MP 821/18**

Medida provisória que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Apreciação do plano de trabalho e votação de requerimentos.

Plenário 7 da ala Alexandre Costa, no Senado

**15 horas**

**Comissão Externa sobre Crise Venezuela**

Votação de requerimentos.

Sala 176A, do anexo 2

**16 horas**

**Votação em Plenário**

Sessão Ordinária

Ordem do Dia

Plenário Ulysses Guimarães

**16 horas**

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**

Audiência pública para discutir medidas de combate à corrupção e instituir o Dia Nacional de Combate à Corrupção.

Foram convidados, entre outros, os coordenadores de Brasília e Centro-Oeste do Movimento Brasil Livre (MBL), Meire Cruvinel; do Movimento Vem pra Rua; Juliana Dias; e do Movimento Corrupção Zero, Bruno Sal.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 6

**QUINTA-FEIRA (19)**



**9 horas**

**Sessão Extraordinária**

Plenário Ulysses Guimarães

**9 horas**

**Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

**9h05**

**Sessão Solene**

Homenagem aos Cinquenta Anos de Atuação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santos (Mepes)

Plenário Ulysses Guimarães

**14 horas**

**Comissão Mista sobre a MP 820/18**

Medida provisória que trata do acolhimento de estrangeiros que se refugiam no Brasil para escapar de crises humanitárias.

Audiência pública

Foram convidados a diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), irmã Rosita Milesi; a coordenadora do Conectas Direitos Humanos, Camila Asano; o diretor da Missão Paz, padre Paolo Parise; e representantes da Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da Procuradoria-Geral da República (PGR); da Defensoria Pública da União (DPU); do Comitê de Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia; da Universidade Federal de Roraima (UFRR);

Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário 6 da ala Nilo Coelho, Senado

**SEXTA-FEIRA (20)**

**9 horas**

**Sessão de Debates**

Plenário Ulysses Guimarães

**15 horas**

**Sessão Solene**

Homenagem aos 56 Anos da Universidade de Brasília

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/555786-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO  
FEDERAL



**2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS**

**[Comissão da MP que criou Ministério da Segurança Pública vota plano de trabalho](#)**

Está marcada para quarta-feira (11) a apreciação do plano de trabalho da comissão que analisa a [MP 821/2018](#). A medida criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, com o desmembramento do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A reunião está marcada para as 15h30. Entre as principais atribuições da nova pasta, está a integração da segurança pública em



todo o território nacional, em cooperação com os demais entes federativos (estados, municípios e Distrito Federal). Também são competências do novo ministério planejar e administrar a política penitenciária nacional e coordenar a ouvidoria das polícias federais.

### **CCJ analisa proposta que dificulta progressão de pena para crimes hediondos**

A progressão de pena para condenados por crimes graves poderá ficar mais difícil. É o que determina projeto ([PLS 2/2016](#)) a ser analisado na reunião desta quarta-feira (11) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto, do senador Raimundo Lira (sem partido-PB), condiciona a concessão do benefício, no caso de réu primário, ao cumprimento mínimo de três quintos da pena. Para os reincidentes, o tempo mínimo exigido para progressão será de quatro quintos da pena. A proposta altera a Lei de Crimes Hediondos ([Lei 8.072/1990](#)) e recebeu parecer favorável do relator, senador Cidinho Santos (PR-MT). Atualmente, essa lei submete a progressão ao cumprimento mínimo de dois quintos e três quintos da pena, respectivamente, para condenados sem antecedentes criminais e para os que voltaram a delinquir.

### **Projeto regulamenta eleição indireta na vacância da Presidência da República**

A regulamentação da eleição para presidente e vice-presidente da República em caso de vacância de ambos os cargos nos dois últimos anos do mandato presidencial está prestes a ser apreciada, em votação final, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que pode ocorrer na sessão desta quarta-feira (11). O projeto de lei ([PLS 725/2015](#)), do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), regulamenta o parágrafo 1º do artigo 81 da Constituição, onde já está previsto que essa eleição será indireta, ou seja, ficará a cargo do Congresso Nacional, e será realizada 30 dias após a vacância dos cargos. Os sucessores escolhidos nesse processo deverão exercer suas funções pelo tempo que falta para o término do mandato presidencial. Nos 15 dias seguintes à vacância, os partidos ou coligações poderão registrar seus candidatos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os candidatos a presidente e a vice-presidente da República vão ser registrados em chapa única.

### **Três medidas provisórias perdem eficácia**

Três medidas provisórias — [MP 805/2017](#), [MP 806/2017](#) e [MP 807/2017](#) — que estavam em tramitação no Congresso Nacional perderam eficácia esta semana por não terem sido votadas no prazo de 120 dias, conforme estabelecido na Constituição. A MP 805, que perdeu eficácia no dia 8, adia para 1º de janeiro de 2019 os reajustes salariais previstos para várias categorias do Poder Executivo. O Poder Executivo calculou para União uma economia de R\$ 5 bilhões com a medida, que também alterava auxílios pagos no Executivo.

### **Comissão da MP que criou Ministério da Segurança analisa plano de trabalho**

A comissão mista da [medida provisória 821/2018](#), que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, reúne-se na quarta-feira (18) para apresentação do plano de trabalho do colegiado e votação de requerimentos. A MP criou o novo ministério a partir da divisão da pasta de Justiça e Segurança Pública. A reunião está marcada para as 15h. O relator da MP é o senador Dário Berger (PMDB-SC), que deve colocar em pauta diversos requerimentos de audiência pública para instruir a matéria, além de apresentar o cronograma dessas reuniões. Entre os pedidos, está a vinda do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann; do advogado e ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardoso; e dos diretores-gerais dos departamentos de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Penitenciário Nacional, além de professores e pesquisadores sobre o tema.

### **Presidente em exercício do Senado continuará com pauta prioritária de segurança**

O presidente em exercício do Senado, senador Cássio Cunha Lima, informou que dará continuidade à pauta prioritária de segurança pública e de desenvolvimento econômico na próxima semana. O representante da Paraíba substitui o presidente Eunício Oliveira, que participa, de 14 a 20 de abril,



de um intercâmbio parlamentar no Japão, a convite do governo japonês. Vamos manter o ritmo de trabalho do presidente Eunício, principalmente no que diz respeito a votações relacionadas à segurança e às reformas microeconômicas - afirmou Cássio na manhã desta sexta-feira (13). O senador disse que não haverá tempo, no entanto, para que o Senado vote na próxima semana o projeto que cria o Sistema Único de Segurança (PLC 19/2018), aprovado no último dia 11 pela Câmara dos Deputados.

### **3. PODER JUDICIÁRIO**

#### **3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

##### **Ministra Cármen Lúcia discute segurança dos magistrados da Justiça trabalhista**

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, discutiu nesta terça-feira (10) a segurança dos magistrados com representantes de associações de juizes trabalhistas. “Se antes as ameaças eram mais comuns na Justiça Criminal, hoje são muito comuns na Justiça do Trabalho e na Justiça de Família”, afirmou o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano. Ele disse que solicitou à ministra Cármen Lúcia a expansão da diretoria criada por ela no CNJ que trata da segurança dos magistrados e hoje conta com dois delegados da Polícia Federal. “Apresentamos um quadro, que ela já conhecia, que essas demandas de segurança têm crescido muito na Justiça do Trabalho. Por conta disso, postulamos, na medida do possível, que essa diretoria seja expandida, talvez com mais delegados”, apontou.

##### **1ª Turma concede extradição de argentina acusada de roubo**

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde desta terça-feira (10), concedeu a extradição de uma cidadã argentina acusada da participação em roubo armado realizado em 2009. Na Extradição (EXT) 1403, a Turma, por maioria, considerou presentes os requisitos para deferir o pedido. A defesa alegava impossibilidade de extradição pelo fato de a acusada já ter dois filhos no Brasil, um com cinco e outra com dois anos de idade, sustentando tratar-se de caso de extradição indireta de brasileiros natos. A relatora, ministra Rosa Weber, afastou a tese da defesa.

##### **Plenário julga nesta quarta-feira (11) pedidos de habeas corpus de Antonio Palocci e Paulo Maluf**

A pauta do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) desta quarta-feira (11) prevê o julgamento do Habeas Corpus 143333 e 152707, impetrados respectivamente pelas defesas de Antonio Palocci Filho e de Paulo Salim Maluf. No HC 143333, os advogados de Palocci pedem a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de falta de fundamentação para a manutenção da custódia e de constrangimento ilegal imposto ao ex-ministro e ex-parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT).

##### **Plenário conclui julgamento de listas de ADIs contra normas de diversos estados**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, nesta quinta-feira (12), um conjunto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas contra normas de diversos estados, sob a relatoria dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Entre os vícios verificados nas leis, estão ofensa à iniciativa de lei, usurpação de competência legislativa da União e desrespeito às regras constitucionais para aumento de tributos. Ainda na sessão, os ministros concluíram o julgamento de ação sobre lei do Estado do Rio de Janeiro que garante desconto de 50% no valor de ingressos



aos jovens de até 21 anos e acolheram embargos de declaração, em ação relatada pelo ministro Luís Roberto Barroso, para esclarecer que a Lei de Cotas aplicável à administração pública federal, julgada constitucional pelo Plenário, também se aplica às Forças Armadas.

## **Ministra Cármen Lúcia assume Presidência da República na ausência de Temer e representantes do Congresso**

Confira matéria da TV Justiça sobre a substituição da ministra Cármen Lúcia na Presidência da República. A ministra assume temporariamente o cargo, até amanhã (14), em razão da viagem do presidente Michel Temer ao Peru, para participar da 8ª Cúpula das Américas. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), que antecedem a ministra na linha sucessória, também se encontram em viagem.

### **4. PODER EXECUTIVO**

#### **4.1 MINISTÉRIO DA DEFESA**

### **Deputados federais do Rio de Janeiro se reúnem com ministro da Defesa e com interventor federal**

Brasília, 10/04/2018 - Deputados federais do Rio de Janeiro se reuniram nesta terça-feira com o ministro da Defesa interino, Joaquim Silva e Luna, e com o interventor federal e comandante Militar do Leste, general Walter Braga Netto, para uma conversa de acompanhamento das ações voltadas à segurança no Estado.

### **Oficiais gerais promovidos se apresentam ao presidente em cerimônia no Planalto**

Brasília, 11/04/18 - Na tarde desta quarta-feira (11/4), os oficiais-gerais promovidos nas Forças Armadas se apresentaram ao presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

O evento contou com a presença do ministro da Defesa interino, Joaquim Silva e Luna, do comandante da Marinha, almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas e da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, e do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, almirante Ademir Sobrinho.

### **Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa tem novo diretor**

Brasília, 12/04/2018 - A partir desta quinta-feira (12), o Departamento de Desporto Militar (DDM) passa a contar com um novo diretor. O vice-almirante (FN) Paulo Martino Zuccaro transmitiu o cargo ao general de divisão Jorge Antonio Smicelato, em cerimônia presidida pelo secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, tenente brigadeiro do ar, Ricardo Machado Vieira, no salão de honra do Ministério da Defesa (MD). O evento contou com a presença do ministro da Defesa interino general Joaquim Silva e Luna.

### **6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME**

## **MINISTRO JUNGSMANN RECEBE SUGESTÕES DA FENEME**

O CNCG-PM/CBM - Conselho Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro está reunido em São Paulo de 10 a 12 de abril. O primeiro dia de reunião (10/04) contou com a presença do Ministro Raul Jungmann do Ministério Extraordinário da Segurança Pública falando sobre a situação atual brasileira, bem como, as atividades que estão sendo desenvolvidas na área. Na ocasião, o CNCG e a FENEME levaram suas preocupações e apresentaram sugestões



para a melhoria da Segurança Pública no País através do Coronel Nunes Cmt G da PMDF (presidente CNCG) e do Coronel Marlon (presidente da FENEME).

## NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

### 7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

**Facebook:** <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

**Twitter:** <https://twitter.com/realfeneme>

**Sites:** [www.feneme.org.br](http://www.feneme.org.br) / [www.ciclocompleto.com.br](http://www.ciclocompleto.com.br)

**Brasília, 16 de abril de 2018.**

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.